

Jovens e adultos operários da construção civil: relações entre demandas de formação e trabalho¹

Resumo

O presente estudo busca analisar as demandas de formação – para o trabalho e para a escolarização básica – dos trabalhadores jovens e adultos que atuam no setor da construção civil da grande Florianópolis, a partir de seu perfil social e de escolarização. Parte-se do princípio de que a efetivação do direito à educação é fator essencial também para a efetivação de direitos trabalhistas, já que a escolarização é fundamental à compreensão das leis e normas que regem as relações de trabalho e tem influência na reflexão sobre a realidade concreta. Os referenciais teóricos têm como base o materialismo histórico e optou-se por uma abordagem de pesquisa quantitativa e qualitativa de caráter exploratório, trabalhando com fontes de pesquisa bibliográficas e documentais, em que foram analisados dados referentes ao perfil dos trabalhadores da construção civil da grande Florianópolis, divulgados pelo sindicato patronal do setor entre os anos de 2013 e 2018. O perfil de escolarização aponta para a confirmação da indústria da construção civil como localização de demandas potenciais em EJA, enquanto o perfil social dos trabalhadores faz emergir a questão não só do acesso, mas também da permanência. Dados sobre a oferta de escolarização na modalidade EJA na região também indicam grande desproporção entre demanda potencial e oferta de vagas. Além disso, a constatada falta de articulação entre as vagas oferecidas em EJA e a Educação Profissional desperta grande preocupação, uma vez que o perfil social e de escolaridade dos trabalhadores aponta para a necessidade da formação profissional para além da elevação de escolaridade.

Palavras-chave: trabalho; educação; construção civil; operariado; educação de jovens e adultos.

Para citar este artigo:

KOERICH, Marcelo; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Jovens e adultos operários da construção civil: relações entre demandas de formação e trabalho. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 57-86, maio/ago. 2023.

DOI: 10.5965/1984723824552023057

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723824552023057>

¹ Este texto é um recorte da dissertação de mestrado *Jovens e adultos operários da construção civil da região metropolitana de Florianópolis/SC: relações entre demandas de formação e trabalho*, defendida em 2020, por Marcelo Koerich, coautor deste artigo.

Marcelo Koerich

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/SC – Brasil
mrclkoerich@gmail.com

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/SC – Brasil
herminialaffin@gmail.com

Youth and adults' construction workers: relations between education demands and work

Abstract

This article presents a study that analyzed the formation demands - for work and basic schooling - of the youth and adult workers that labor at the construction sector from the metropolitan region of Florianópolis, Santa Catarina, Brazil, considering their scholar and social profile. It is assumed that the enforcement of scholar education's right is an essential factor also for the workers laws' effectuation, as the schooling is fundamental for the comprehension of the norms and laws that guides the labor relationships, in addition to have influence for the reflexion about the concrete reality. The methodological category taken by the study is the historical materialism and an exploratory quantitative and qualitative research approach was chosen, taking bibliographic and documentary sources as research sources. The schooling profile points to the confirmation of the construction industry as a location of potential demands in You and Adults Education, while the social profile of workers raises the issue not only of scholar access, but also of permanence. Data on the supply of schooling in this scholar modality in the metropolitan region of Florianópolis also indicate a great disproportion between potential demand and supply of vacancies. In addition, the perceived lack of articulation between the vacancies offered in Youth and Adults Education and Professional Education arouses great concern, since the social and educational profile of workers points to the need for professional training in addition to raising schooling.

Keywords: work; education; construction; factory workers; education of youth and adults.

Jóvenes y adultos trabajadores de la construcción civil: relaciones entre demandas de formación y trabajo

Resumen

El presente estudio busca analizar las demandas de formación - para el trabajo y para la escolaridad básica - de trabajadores jóvenes y adultos que actúan en el sector de la construcción civil de la gran Florianópolis, a partir de su perfil social y escolar. Se basa en el principio de que la realización del derecho a la educación es también un factor esencial para la realización de los derechos laborales, ya que la escolarización es fundamental para comprender las leyes y normas que rigen las relaciones laborales e influye en la reflexión sobre la realidad concreta. Los referenciales teóricos se basan en el materialismo histórico, se optó por un enfoque de investigación cuantitativa y cualitativa exploratoria, tomando como fuentes de investigación: bibliográfica y documental, donde se analizaron datos referentes al perfil de los trabajadores de la construcción civil en la gran Florianópolis, divulgados por los empleadores del sector. ' sindicato entre 2013 y 2018. El perfil de escolaridad apunta a la confirmación de la industria de la construcción civil como un lugar para demandas potenciales en EJA, mientras que el perfil social de los trabajadores plantea el tema no solo del acceso, sino también de la permanencia. Los datos sobre la oferta de escolarización en la modalidad EJA en la región también indican una gran desproporción entre la demanda potencial y la oferta de vacantes. Además, la desarticulación observada entre las vacantes ofertadas en EJA y Educación Profesional suscita gran preocupación, ya que el perfil socioeducativo de los trabajadores apunta a la necesidad de formación profesional además del aumento de la educación.

Palabras-clave: trabajo; educación; construcción; clase obrera; educación de jóvenes y adultos.

Introdução

Este artigo é resultante de parte do estudo de mestrado – de mesmo título – de um dos autores, defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo da pesquisa foi buscar compreender as demandas de formação – para o trabalho e a escolarização básica – de operários da construção civil da grande Florianópolis a partir de suas características sociais e de escolaridade. Pretendeu-se contribuir para a identificação e levantamento de demandas potenciais para a Educação de Jovens e Adultos já que, no âmbito das políticas de EJA, a questão da identificação e da localização de tais demandas potenciais ainda é algo bastante complexo, visto que os dados estatísticos apontam para as necessidades formativas da população, mas ao mesmo tempo, há uma ausência de sua identificação e localização, tanto no âmbito das instituições educativas, como das pesquisas acadêmicas.

Para tanto, foram analisados dados levantados pelo Serviço Social da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis (SECONCI), órgão ligado ao Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON) da mesma região, portanto, um sindicato patronal que representa os interesses das empresas do setor da construção civil na região metropolitana de Florianópolis. O SECONCI, como órgão ligado ao SINDUSCON, foi criado pela necessidade da prestação de serviços relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho às empresas da região, fornecendo capacitações e exames médicos que, de acordo com a legislação vigente, devem ser oferecidos pelas empresas aos seus empregados.

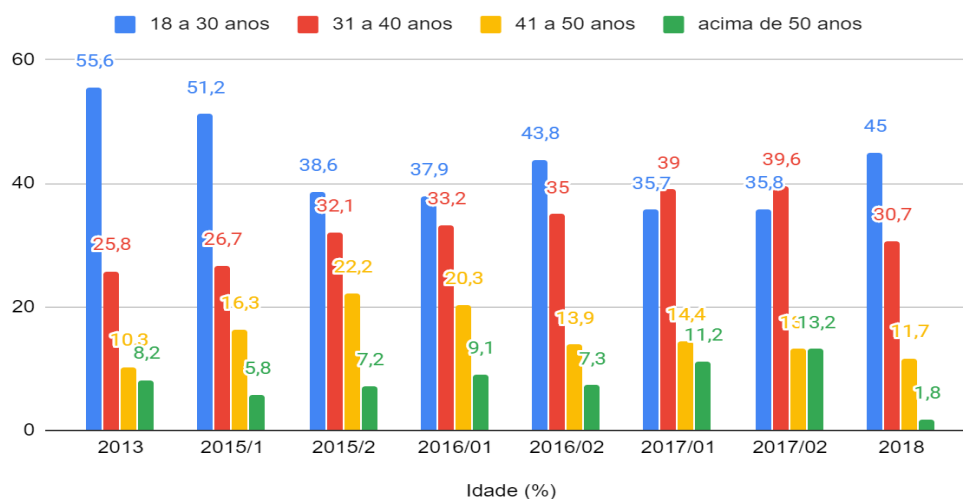
A principal fonte de dados utilizada foi a publicação periódica intitulada “Perfil do Trabalhador”, publicada pelo SINDUSCON com base nos dados levantados pelo SECONCI. Tal publicação traz importantes dados sobre o perfil social dos operários, sendo obtidos através de questionários aplicados aos trabalhadores que vão à sede da entidade para realizar cursos e exames médicos ocupacionais. Os questionários passaram a ser aplicados primeiramente no ano de 2013 em edição única, não tendo havido levantamentos no ano de 2014. A partir de 2015, os dados passaram, então, a ser levantados semestralmente até o ano de 2018, quando houve novamente a edição anual. Dessa forma, os dados analisados na pesquisa se referem às publicações de 2013, 2015/1, 2015/2, 2016/1, 2016/2, 2017/1, 2017/2 e 2018.

O perfil dos trabalhadores analisados

Faixa etária

Quanto à faixa etária dos trabalhadores (Gráfico 1), verificamos com base nos dados analisados que há um predomínio da população jovem entre os trabalhadores da construção civil da grande Florianópolis. A faixa etária entre 18 e 30 anos representou, em média, 42,03% dos trabalhadores, sendo a maior média seguida pelos trabalhadores com idade entre 31 e 40 anos (média de 32,78%). As faixas etárias superiores – 41 a 50, e 50 ou mais anos – representaram 16,47% e 7,07% apenas.

Gráfico 1 - Faixa etária dos trabalhadores

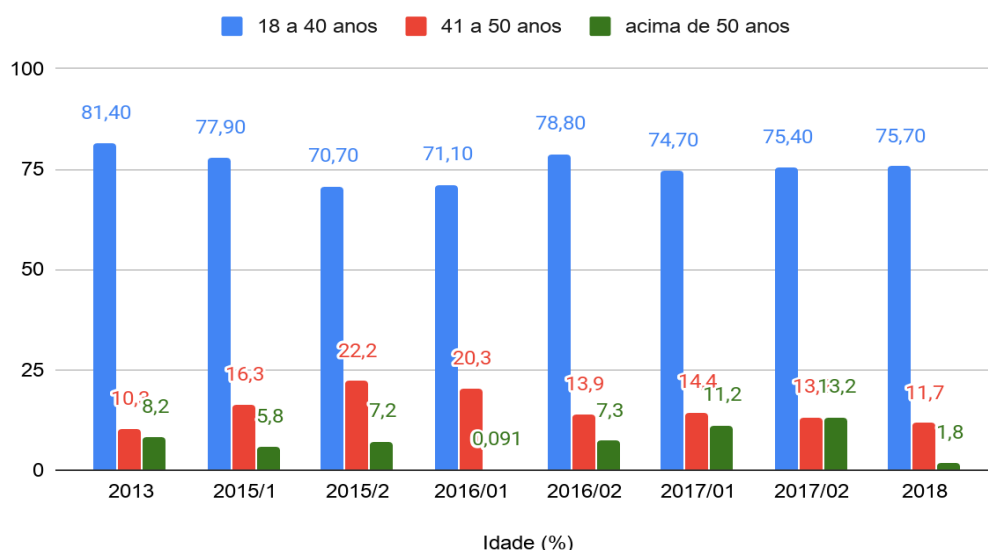


Fonte: Elaboração de um dos autores com base em SINDUSCON, 2018.

Há, portanto, um predomínio bastante significativo da faixa etária entre 18 e 40 anos dentre os trabalhadores da construção, com uma representatividade média de 74,82%. O alto índice de pessoas jovens no setor se constitui como elemento importante a considerar quando for pensada a questão da formação desses sujeitos.

Para que a comparação fique mais clara, os dados foram reorganizados no gráfico 2 na sequência:

Gráfico 2 - Faixa etária dos trabalhadores reorganizada



Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados de SINDUSCON, 2018.

Interessante notar que outros estudos sobre o perfil do trabalhador da construção civil trazem dados que vêm ao encontro dos levantados pelo SINDUSCON no período. Cantisani e Castelo (2015), por exemplo, mostram uma média de idade dos trabalhadores da construção civil no estado de Santa Catarina na faixa de 38,6 anos de idade, e 38,5 considerando os trabalhadores do setor em todo o Brasil, o que faz emergir o questionamento a respeito da média relativamente baixa de idade dentre eles. Nesse sentido, em que pese haver a necessidade de estudo mais aprofundado a respeito, podemos levantar algumas hipóteses mais evidentes e ligadas à empiria. Por exemplo, o setor é de longa data reconhecido por exigir atividades mais braçais, ligadas ao vigor físico. Os altos índices de acidentes de trabalho no setor também podem ter impacto nesse dado, já que acidentes incapacitantes não são raros na atividade. As funções exaustivas e precárias também podem ser outro fator que torna mais curta a carreira dos trabalhadores do setor.

Além desses fatores, os trabalhadores jovens, muitas vezes, procuram o setor construtivo com a explicação de que “não sabem fazer outra coisa” (FERNANDES, 2005), o que somado à não exigência de comprovação de escolaridade, tornam o setor uma alternativa para aqueles mais jovens que buscam emprego.

Percentual de trabalhadores de acordo com o sexo

Sobre a distribuição dos trabalhadores conforme o sexo, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC (2018), traz um levantamento da proporção de homens e mulheres atuantes na indústria da construção civil entre os anos de 2006 e 2016 no Brasil. Conforme pode ser analisado observando o quadro 1, a seguir, no período analisado houve aumento ano após ano no número de mulheres trabalhadoras no setor, sendo que após dez anos esse aumento correspondeu a quase 3%. Segundo a Câmara, a participação delas se dá nas funções de servente, carpinteira, ajudante de obra, pedreira, soldadora, técnica de segurança do trabalho e engenheira.

Quadro 1 - Participação percentual de homens e mulheres na indústria da construção de 2006 a 2016 no Brasil

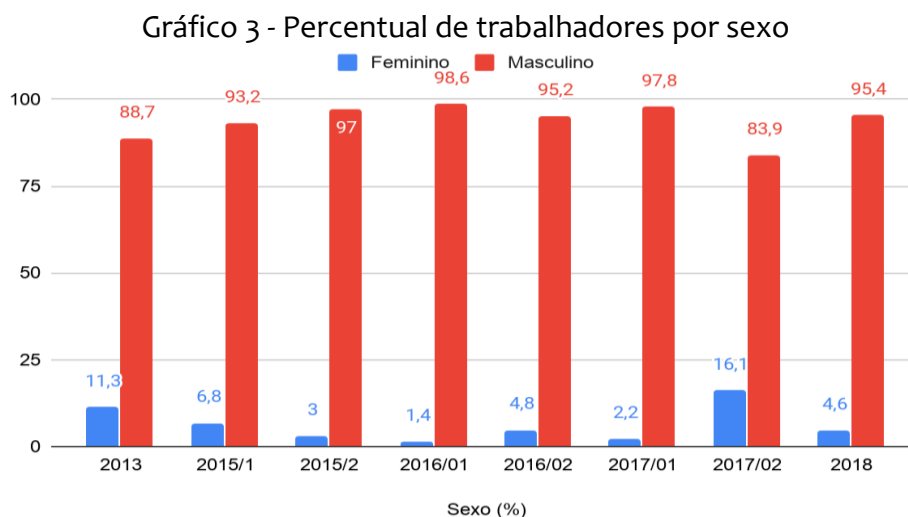
Ano	Homens	Mulheres	Total	Variação absoluta			Variação relativa (%)			Participação %		
				Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2006	1.330.484	108.229	1.438.713	92,48	7,52	100,00
2007	1.554.945	119.538	1.674.483	224.461	11.309	235.770	16,87	10,45	16,39	92,86	7,14	100,00
2008	1.836.750	150.381	1.987.131	281.805	30.843	312.648	18,12	25,80	18,67	92,43	7,57	100,00
2009	2.048.520	172.734	2.221.254	211.770	22.353	234.123	11,53	14,86	11,78	92,22	7,78	100,00
2010	2.425.850	207.824	2.633.674	377.330	35.090	412.420	18,42	20,31	18,57	92,11	7,89	100,00
2011	2.668.226	240.905	2.909.131	242.376	33.081	275.457	9,99	15,92	10,46	91,72	8,28	100,00
2012	2.748.085	267.288	3.015.373	79.859	26.383	106.242	2,99	10,95	3,65	91,14	8,86	100,00
2013	2.817.565	276.588	3.094.153	69.480	9.300	78.780	2,53	3,48	2,61	91,06	8,94	100,00
2014	2.733.110	286.317	3.019.427	-84.455	9.729	-74.726	-3,00	3,52	-2,42	90,52	9,48	100,00
2015	2.333.267	251.901	2.585.168	-399.843	-34.416	-434.259	-14,63	-12,02	-14,38	90,26	9,74	100,00
2016	1.903.028	219.307	2.122.335	-430.239	-32.594	-462.833	-18,44	-12,94	-17,90	89,67	10,33	100,00

Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção, 2018.

O SINDUSCON (2018) também realizou o levantamento percentual dos trabalhadores da indústria da construção, segundo o sexo na cidade de Florianópolis. No entanto, não se percebe a mesma tendência de alta na participação feminina no setor, a exemplo do que se verifica na pesquisa trazida pela CBIC. Não há uma tendência definida no cenário da cidade, embora tenha havido, como no ano de 2013 e no segundo semestre de 2017 pontualmente, um percentual que superou o verificado em nível nacional pela CBIC.

Conforme o gráfico 3, percebemos o predomínio na presença do sexo masculino no setor, que correspondeu a uma média de 96,2% no período. O número acompanha

também o cenário estadual e nacional, em que Cantisani e Castelo (2015) encontraram uma média de 96,5% considerando o estado de Santa Catarina, e de 98,6% considerando o todo o Brasil.



Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados de SINDUSCON, 2018.

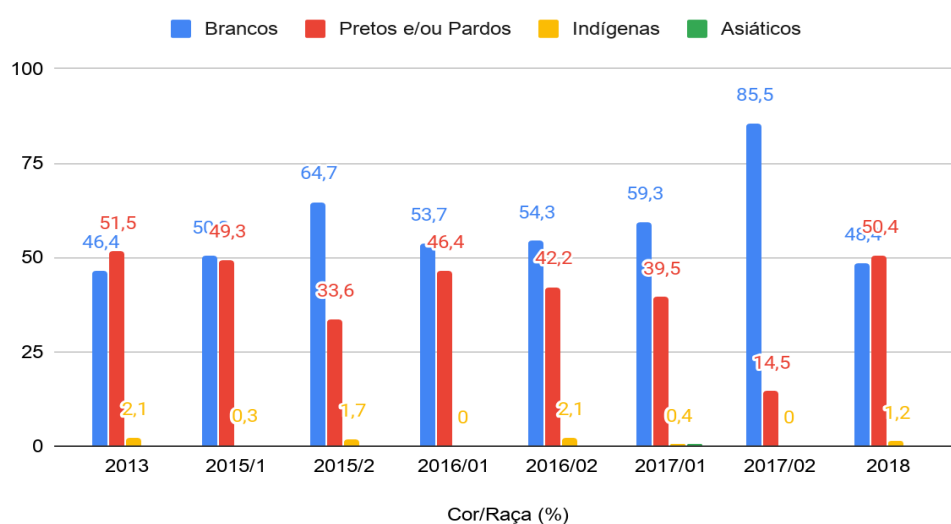
No entanto, a predominância do sexo masculino no setor não faz diminuir a importância da presença das mulheres. Pelo contrário, esses números apontam para a necessidade de um olhar ainda mais cuidadoso sobre essas trabalhadoras, justamente por estarem inseridas em um setor da indústria predominantemente masculino, já que isso significa que, além dos desafios inerentes às atividades desenvolvidas na construção civil, elas ainda precisam superar problemas relacionados ao preconceito, como a preferência das empresas por trabalhadores do sexo masculino e as diferenças salariais em razão do sexo, fatores que também são verificados em outras profissões.

Saffioti (2001) – importante socióloga marxista e estudiosa do feminismo – lembra que, na sociedade capitalista, é típico utilizar-se de pretextos relacionado à força física para a exclusão das mulheres em determinadas atividades, remetendo-as aos cuidados da casa e dos filhos. Dessa forma, podemos inferir que em uma atividade reconhecida pela exigência do esforço físico, a exclusão das mulheres seja ainda maior do que em outras atividades.

Distribuição dos trabalhadores segundo sua cor

Na publicação do SINDUSCON (2018) também aparecem os dados relativos à distribuição dos trabalhadores segundo sua cor, como se pode observar pelo gráfico 4, abaixo. A denominação “Pretos e Pardos” foi adaptada para corresponder às denominações adotadas pelo IBGE, já que a entidade havia utilizado os termos “Negro” e “Moreno”.

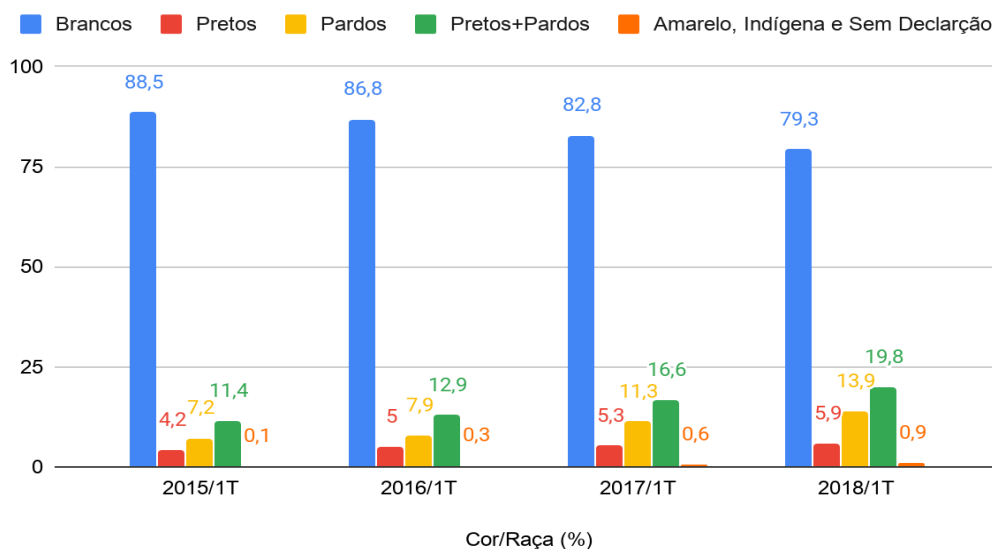
Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhadores segundo sua cor



Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados de SINDUSCON, 2018.

Analisando-se isoladamente os dados levantados pelo SINDUSCON, percebemos um relativo equilíbrio na distribuição dos trabalhadores segundo sua cor. No entanto, contextualizando a análise, trazemos para fins de cruzamento os dados do IBGE (2019a) relativos à região metropolitana de Florianópolis, conforme o gráfico 5, a seguir. Como o instituto fornece dados trimestralmente, foram trazidos para o estudo os resultados referentes ao primeiro trimestre de cada ano quando houve também publicações do SINDUSCON, para que haja relativa correspondência entre os dados.

Gráfico 5 - Distribuição da população em geral da região metropolitana de Florianópolis segundo a sua cor



Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados do IBGE (2019a).

Em termos comparativos, temos forte predominância da população branca na região de Florianópolis, onde ainda que se somem as denominações “Pretos” e “Pardos” (coluna verde²) do IBGE, percebemos uma diferença percentual média de 69,2% a mais de pessoas brancas em relação às pessoas pretas e pardas. Enquanto isso, na construção civil, observamos uma diferença média percentual de apenas 6,5% a mais de trabalhadores brancos. Ou seja, se a distribuição dos trabalhadores da construção civil correspondesse ao que se verifica entre a população em geral, seria de se esperar também um predomínio de trabalhadores brancos no setor, o que, como vimos, não acontece.

Dessa forma, é possível inferir através desse cruzamento de dados que o setor da construção civil na região metropolitana de Florianópolis tem absorvido a população negra da região, que representa em nosso país as frações mais vulneráveis da classe trabalhadora, em que o acesso aos direitos fundamentais, como a educação, tem sido restringido ao longo da história.

A temática que envolve as origens étnicas articuladas às questões educacionais, embora não seja o foco deste estudo, merece atenção e aprofundamento por ser um

² Dados somados pelo autor para corresponder à categorização feita pelo SINDUSCON (2018).

dado que pode ter influência na formulação de políticas públicas para esses trabalhadores. Dessa forma, coloca-se o tema como sugestão para outros estudos que se proponham à pesquisa sobre os trabalhadores da construção dessa região.

Origem geográfica dos trabalhadores

Outro importante dado para a pesquisa diz respeito à proveniência geográfica dos trabalhadores da construção civil da região de Florianópolis. Conforme o quadro 2, percebemos que, em média, os trabalhadores catarinenses representam apenas um pouco mais da metade do número total, com uma média geral de 52,08% de representatividade. Chama a atenção o fato de o setor concentrar uma grande porcentagem de imigrantes, já que esses trabalhadores representaram uma média de 39% dos trabalhadores considerando-se apenas os movimentos interestaduais, podendo haver ainda o movimento dentro do próprio estado, com os catarinenses que migram do campo e de outras cidades do estado em busca de oportunidades na região metropolitana de Florianópolis.

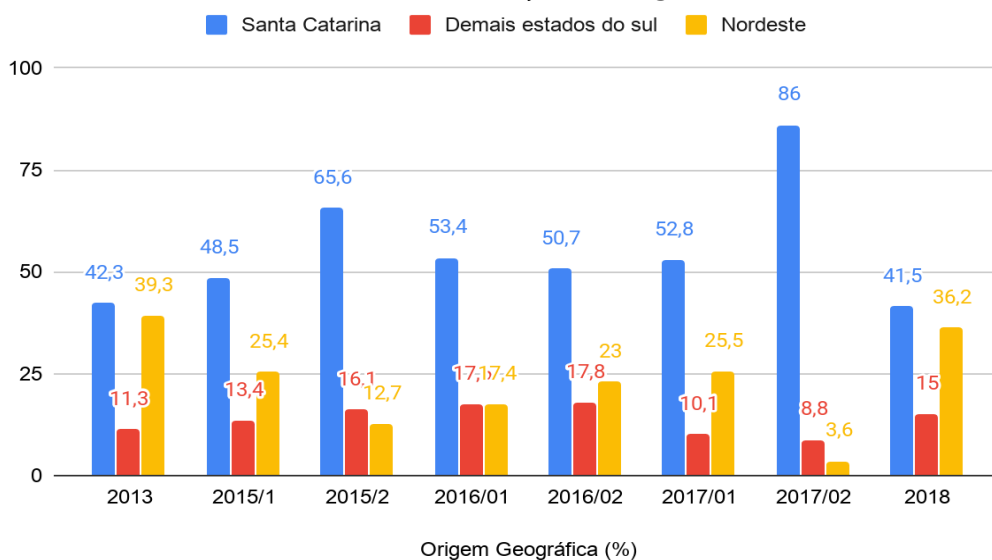
Quadro 2 - Origem geográfica dos trabalhadores

Estado de Origem	2013	2015/01	2015/02	2016/01	2016/02	2017/01	2017/02	2018
Santa Catarina	42,3%	48,5%	65,6%	53,4%	50,7%	52,8%	86%	41,5%
Bahia	32%	19,6%	9,4%	11,7%	19,2%	12%	1,8%	25,4%
Pernambuco	3,1%	2,7%	1,3%	3,9%	3,1%	1,9%	1,8%	3,1%
Ceará	2,1%	1,4%	0,7%	0,4%	0,7%	1,9%		1,9%
Paraná	8,2%	6,5%	8,7%	10%	6,6%	3,4%	1,8%	8,1%
Rio Grande do Sul	3,1%	6,9%	7,4%	7,5%	11,2%	6,7%	7%	6,9%
Minas Gerais	1%	0,7%	0,7%	1,4%	-	0,7%	-	0,4%
Paraíba	2,1%	1,7%	1,3%	1,4%	-	2,6%	-	0,8%
Piauí	-	-	-	-	-	7,1%	-	3,1%
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	1,9%
São Paulo							1,8%	

Fonte: SINDUSCON, 2018.

Considerando-se a região nordeste como um todo, para fins de comparação, a representatividade é ainda maior, ficando bastante próxima do percentual de catarinenses em algumas pesquisas. Na sequência (gráfico 6), os dados foram reorganizados para melhor comparação dos percentuais entre Santa Catarina e as regiões que mais apareceram no levantamento de dados.

Gráfico 6 - Comparativo da distribuição de origem dos trabalhadores



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de SINDUSCON (2018)

Vem ao encontro de tais números o estudo elaborado por Deschamps e Delgado (2014) que, ao analisarem o movimento migratório em Santa Catarina, constataram que a construção civil responde pelo maior percentual de trabalhadores oriundos da região nordeste (13,9%), com os trabalhadores paranaenses aparecendo logo em seguida com 13% de representação. Os autores ainda pontuam que Santa Catarina tem forte poder de atração de pessoas que buscam trabalho, especialmente na região litorânea – como é o caso de Florianópolis – onde se encontra uma grande concentração de atividades econômicas. Nesse sentido, Queiroz (2018) também situa que:

O estado catarinense também tem sido atrativo e incentivo, para que empresas e indústrias de diversos setores se instalem na região. Há uma série de programas de desenvolvimento que viabilizam vantagens tributárias em diferentes setores da economia com o propósito de geração de emprego e renda por meio de tratamento tributário diferenciado do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços). Entre eles, o Programa Pró Emprego – PROEM, cuja Lei nº 13.992, de fevereiro de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 105, de 14 de março de 2007 viabiliza por meio de incentivos fiscais empreendimentos situados ou que venham a se instalar em território catarinense com relevante interesse socioeconômico. (QUEIROZ, 2018 p. 57)

Além disso, a Região Metropolitana de Florianópolis tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,815 – classificado como “muito alto” –,

número que colocou a região na liderança do ranking IDHM, de acordo com os dados do Censo 2010 (PNUD/IPEA/FJP 2020). A condição refletida por esses índices também pode agir como um fator a mais de atração para os trabalhadores que buscam não somente maiores oportunidades de trabalho, mas também um local mais próspero para restabelecer suas famílias.

Nesse sentido, o movimento migratório que tem como razão a busca por oportunidades de trabalho revela a desigualdade de oportunidades, a precarização do trabalho e o desemprego estrutural. É fato que revela a vulnerabilidade social desses trabalhadores que, ao chegarem a uma nova cidade, muitas vezes têm como destino as comunidades periféricas, onde possuem melhores condições de pagar por moradia.

Estado civil e número de filhos

Nos questionários aplicados pelo SINDUSCON também foram levantados elementos como o estado civil e o número de filhos. Essa questão tem grande relevância para as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos por nos remeter à problemática da permanência dos estudantes, pois se sabe que grande parte dos cursos de EJA são oferecidos no período noturno, após a jornada de trabalho, horário conflitante para os trabalhadores e trabalhadoras que precisam dar conta dos afazeres domésticos e dos cuidados com seus filhos e com a família de modo geral.

Quadro 3 - Distribuição percentual de trabalhadores por estado civil

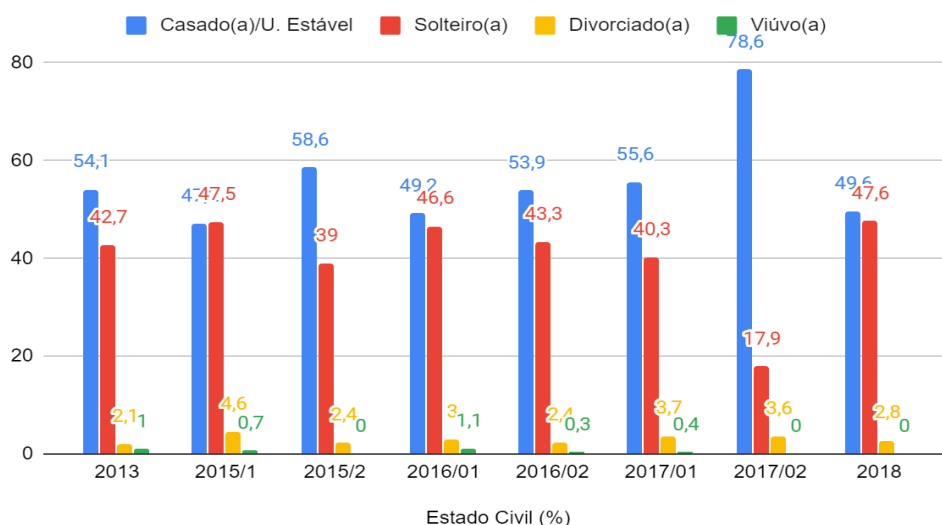
Estado Civil	2013	2015/01	2015/02	2016/01	2016/02	2017/01	2017/02	2018
Casado(a)	40,60%	33,10%	45,90%	39,90%	35,6%	38,1%	55,4%	31,6%
Solteiro(a)	42,70%	47,50%	39,00%	46,60%	43,3%	40,3%	17,9%	47,6%
Divorciado(a)	2,10%	4,60%	2,40%	3,00%	2,4%	3,7%	3,6%	2,8%
Viúvo(a)	1,00%	0,70%	0%	1,10%	0,3%	0,4%	0%	0%
União Estável	13,50%	14,10%	12,70%	9,30%	18,3%	17,5%	23,2%	18%

Fonte: SINDUSCON, 2018.

Como é possível observar pelo quadro 3, a entidade dividiu os trabalhadores que se declararam casados daqueles que declararam viver em união estável. No entanto, por considerar que as pessoas que vivem juntas e as que estão oficialmente casadas formam,

de igual maneira, um núcleo familiar – para fins de impacto em políticas de educação –, aglutinamos os dois grupos conforme o gráfico 7.

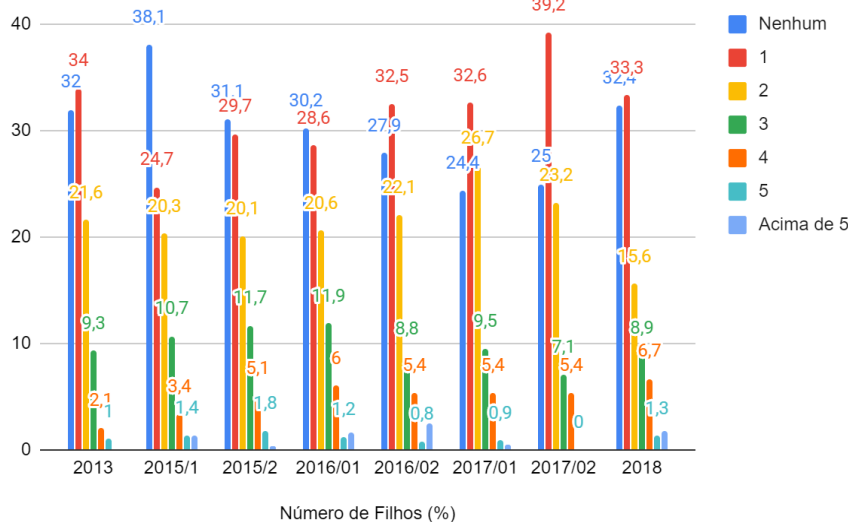
Gráfico 7 - Distribuição de trabalhadores por estado civil (reorganizado)



Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados de SINDUSCON, 2018.

Quanto ao número de filhos, observa-se em todas as pesquisas a predominância dos trabalhadores que possuem de zero até dois filhos, conforme o gráfico 8, sendo que, em média, 69,3% dos trabalhadores possuem pelo menos um filho. Percebemos, portanto, a predominância de núcleos familiares constituídos por esses trabalhadores, o que aponta fortemente para a questão não só do acesso ao ensino, mas também da permanência, como já mencionado.

Gráfico 8 - Porcentagem de trabalhadores por número de filhos

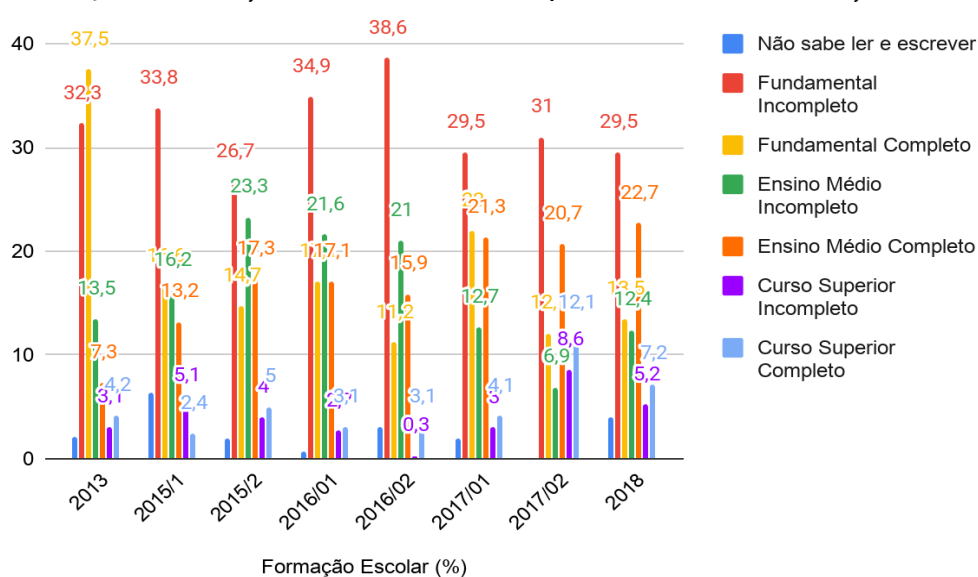


Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados de SINDUSCON, 2018.

Formação escolar

Analisando primeiramente os dados de escolarização formal dos trabalhadores da construção civil da grande Florianópolis, conforme o gráfico 9, percebemos a forte predominância de pessoas com ensino fundamental incompleto (média de 32,17%). Na segunda posição das pesquisas, predominaram – tecnicamente empatados – os trabalhadores com ensino médio completo (média de 17,92%), médio incompleto (17,9%) e fundamental completo (15,85%). Esses dados são bastante marcantes ao confirmarem o setor da construção civil da cidade de Florianópolis como sendo uma localização de demanda para EJA.

Gráfico 9 - Distribuição dos trabalhadores por nível de escolarização formal



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados de SINDUSCON, 2018.

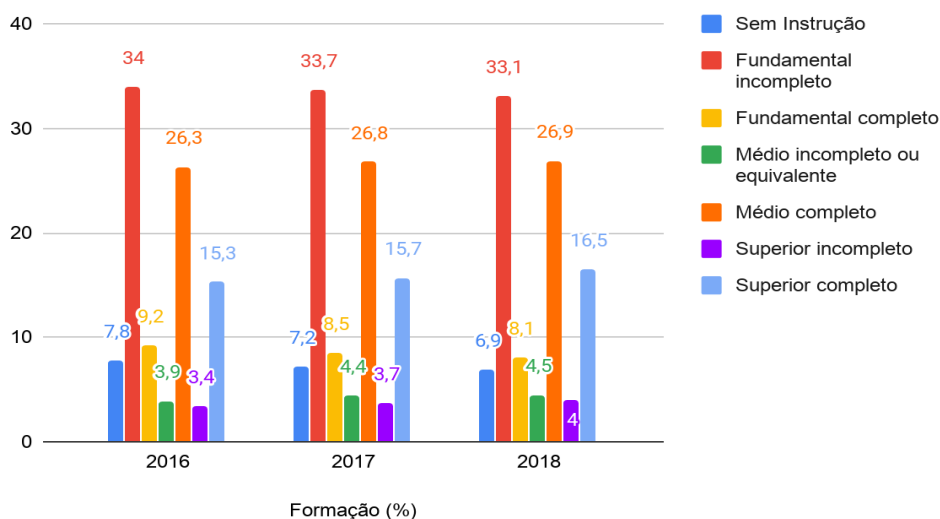
Também podemos analisar os dados de escolarização partindo das informações referentes aos quadros nacional e regional, conforme levantamento disponibilizado pelo IBGE através da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio Contínua (PNAD Contínua). Aqui, cabe indicar algumas diferenças referentes à população analisada pelas pesquisas. Por exemplo, o IBGE levantou dados de escolaridade de pessoas acima dos 25 anos por entender que “como as trajetórias educacionais das pessoas variam ao longo da vida, esse indicador é mais bem avaliado entre aquelas pessoas que já poderiam ter concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos” (PNAD, 2019, p.

3). Temos aí uma diferença de faixa etária em relação aos dados levantados pelo SINDUSCON, que englobam os trabalhadores a partir dos 18 anos de idade.

Outro desvio na comparação pode ocorrer em relação à porcentagem de trabalhadores categorizados como “sem instrução” já que, conforme informações da coordenação responsável pelas publicações do SINDUSCON, os dados são levantados a partir de questionários que foram impressos e entregues aos trabalhadores para que o lessem e o preenchessem, o que dificulta a obtenção de dados dessa categoria, já que esse fato pode fazer com que os trabalhadores que nunca foram a escola não preencham os formulários. A coordenação esclareceu ainda que alguns trabalhadores recebem ajuda dos membros da entidade para ler e interpretar as questões, mas que isso não ocorre com todos em razão do alto número de trabalhadores que passam pela entidade.

Cabe ressaltar, portanto, que a comparação dos dados se dá a título de um entendimento mais geral sobre o perfil dos trabalhadores da região da grande Florianópolis em relação aos números nacionais e regionais, não sendo possível um cruzamento exato dos dados.

Gráfico 10 - Dados do PNAD referentes ao nível de escolarização formal em nível nacional³



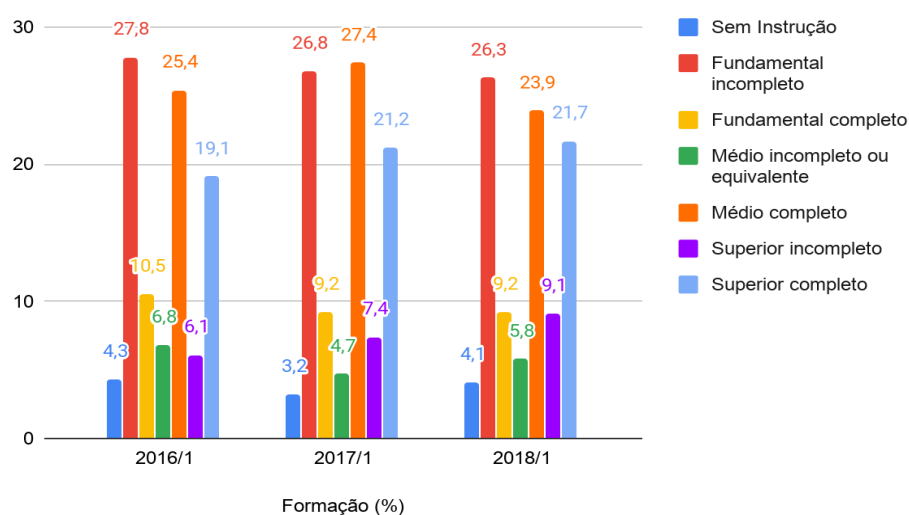
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de PNAD Contínua (2019).

³ Em relação à categorização utilizada, a PNAD Contínua (2019) esclarece que “devido às reformas educacionais já ocorridas no Brasil, o atual ensino fundamental equivale ao antigo 1º grau e aos cursos primário e ginásial; o ensino médio equivale ao 2º grau e ao colegial, em seus cursos científico, clássico e normal; e a educação de jovens e adultos, por sua vez, corresponde ao supletivo” (p. 1).

Comparando-se os dados, percebemos que no Brasil (gráfico 10) há um predomínio de pessoas que não concluíram o ensino fundamental, o que também acontece nos dados levantados pelo SINDUSCON. No entanto, o segundo lugar em nível nacional é de pessoas com ensino médio completo, e a terceira colocação fica por conta das pessoas com nível superior completo. Aí vemos uma diferença em relação aos trabalhadores da construção civil da região metropolitana de Florianópolis, em que os números mostram que há um empate técnico na segunda colocação entre trabalhadores com ensino médio completo, médio incompleto e fundamental incompleto, com a categoria “superior completo”, tendo baixíssima representatividade.

Ao utilizarmos dados da região metropolitana de Florianópolis, conforme o gráfico 11, a comparação segue o mesmo padrão observado em relação aos dados nacionais. Já comparados entre si, percebemos que a região metropolitana de Florianópolis é composta por mais pessoas com nível superior completo e incompleto, e menos pessoas categorizadas como “sem instrução”, em relação ao quadro nacional.

Gráfico 11 - Dados do PNAD referentes ao nível de escolarização formal na Grande Florianópolis

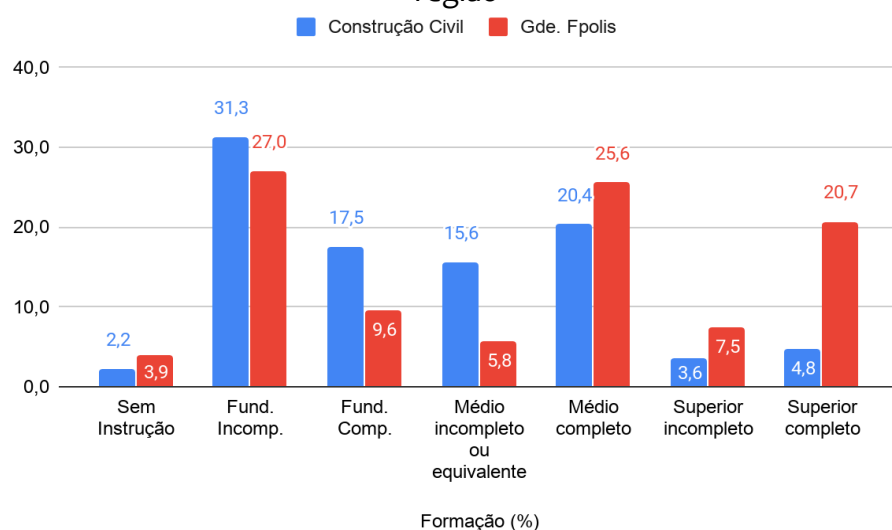


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE, 2019b.

Buscando compreender melhor a situação dos trabalhadores da construção civil da grande Florianópolis em relação ao contexto da região, conforme o gráfico 12, realizou-se um comparativo entre as médias dos números percentuais obtidos pelo SINDUSCON (2018) nas edições 2016/1, 2017/1 e 2018 (gráfico 9) e as médias dos dados

obtidos pelo IBGE (2019b) nos primeiros trimestres de 2016, 2017 e 2018 (gráfico 12). Nessa comparação, fica ainda mais evidenciada a baixa escolarização dos trabalhadores da construção, uma vez que os percentuais que se referem ao ensino básico incompleto são sempre maiores que os da população da região – exceção à categoria “sem instrução”, que foi objeto de observação anteriormente. A situação se inverte a partir da categoria “ensino médio completo” em diante, em que os índices da população em geral ficam sempre acima dos trabalhadores da construção.

Gráfico 12 - Comparativo de níveis de escolarização entre trabalhadores da construção civil da região metropolitana de Florianópolis versus a população em geral da mesma região



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de SINDUSCON (2018) e IBGE (2019b).

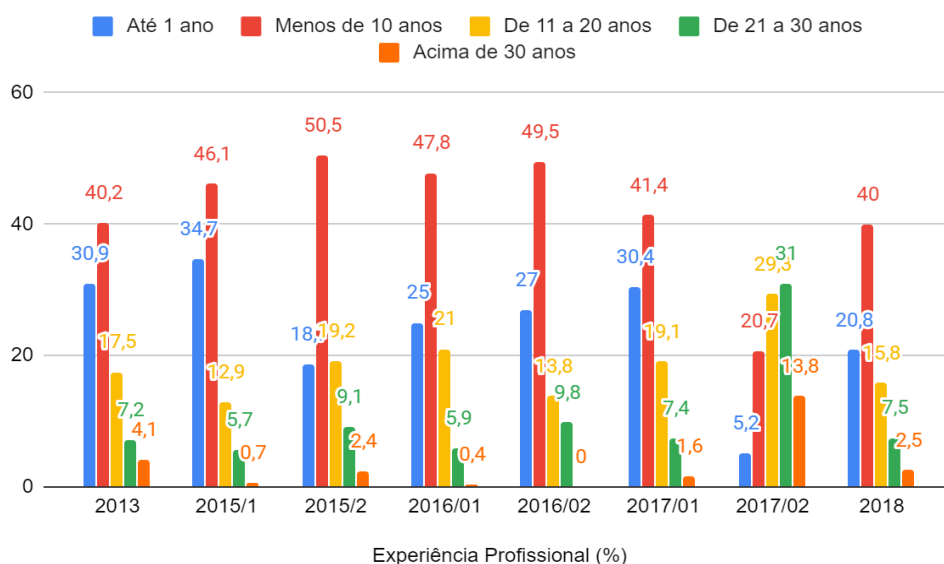
Dentre as inferências possíveis às análises está a de que a construção civil realmente é um setor que absorve uma camada da população que teve privado o seu direito à escolarização, reafirmando-se o que apontam os estudos de Kuenzer (1988) ao afirmar que temos trabalhadores que alcançaram apenas alguns anos do estudo formal, e que tiveram, quando muito, a aquisição de habilidades mais básicas de leitura e escrita.

Experiência profissional, função exercida, como aprenderam a profissão e pretensão em aprender uma nova profissão

Quanto ao tempo de experiência profissional, observamos com base no gráfico 13 (abaixo), a predominância dos trabalhadores com menos de 10 anos de experiência, seguidos pelos trabalhadores com até um ano. Aqui, poderíamos ter uma melhor inferência sobre os dados se o intervalo de tempo fosse dividido em períodos menores já que, por exemplo, os trabalhadores com 1,5 ano de experiência entram na mesma categoria dos que possuem 9.

Ainda assim, a alta porcentagem de trabalhadores com até 1 ano de experiência, que ficou em segundo lugar considerando a média das pesquisas (26,1%), atrás apenas dos trabalhadores com até 10 anos (45,88%), nos dá uma forte noção de como a construção civil absorve trabalhadores que, sem muitas perspectivas – provavelmente pela baixa escolarização formal e pela falta de formação para o trabalho –, acabam por encontrar na construção civil um modo de aprender um novo ofício.

Gráfico 13 - Distribuição dos trabalhadores por tempo de experiência profissional

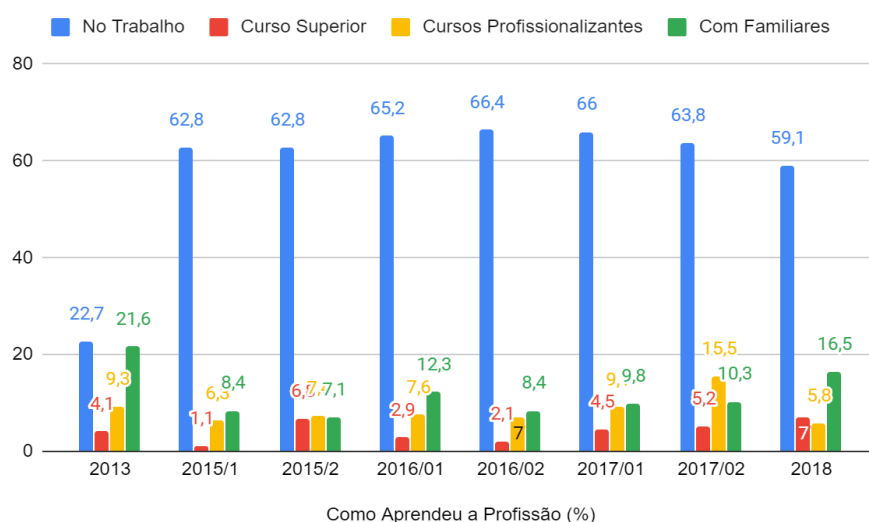


Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados de SINDUSCON (2018).

Esse “aprender fazendo” fica ainda mais claro ao observarmos como os trabalhadores declaram ter aprendido suas profissões. Conforme o gráfico 14, abaixo, identificamos o absoluto predomínio daqueles que declaram ter aprendido a atividade no

próprio trabalho (média de 63,72,6%), seguidos pelo percentual daqueles que alegam ter aprendido a profissão com familiares (10,42%), contra os percentuais dos trabalhadores que declararam ter aprendido a profissão através da escolarização formal, através de cursos profissionalizantes ou de nível superior, que representaram, respectivamente, 4,7% e 7,2% em média.

Gráfico 14 - Como os trabalhadores declaram ter aprendido a profissão

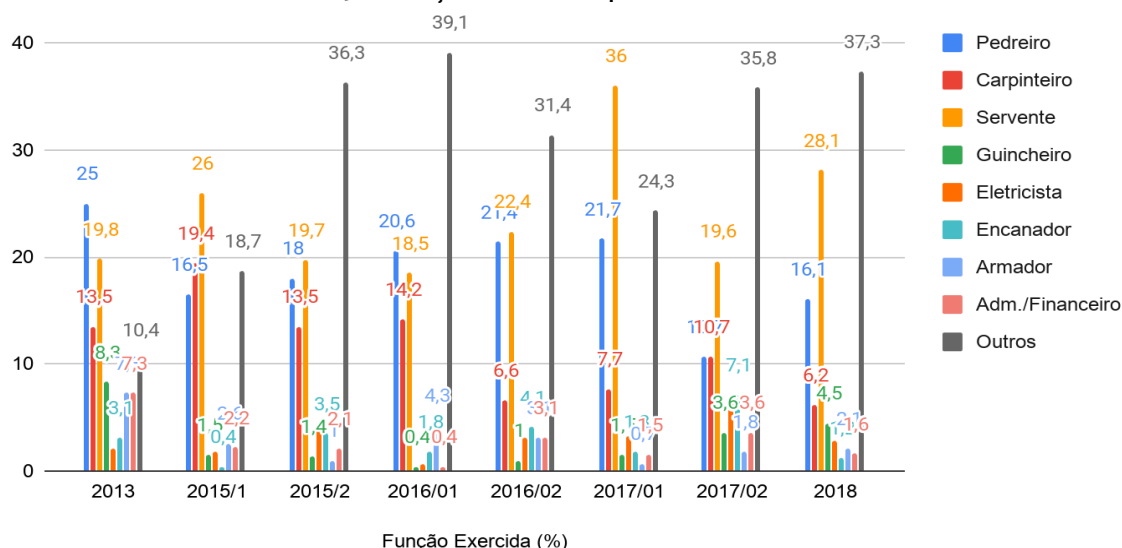


Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados de SINDUSCON (2018).

Os trabalhadores também foram questionados sobre o ofício para o qual foram contratados (gráfico 15), e nisso é interessante notar que tais dados podem ratificar o fato de muitos trabalhadores terem declarado que aprenderam a profissão no próprio trabalho.

Vemos isso de forma representativa na forte presença do ofício “Servente”, que é o trabalhador geralmente designado para ajudar profissionais já experientes, por exemplo, os pedreiros – que são responsáveis por assentar tijolos, rebocar e chapiscar paredes, dentre outras atividades que requerem maior habilidade e experiência. Nesse caso, o servente vai aprendendo a realizar essas atividades e vai sendo promovido conforme ganha tais habilidades, até chegar a se tornar pedreiro ele próprio.

Gráfico 15 - Função exercida pelos trabalhadores

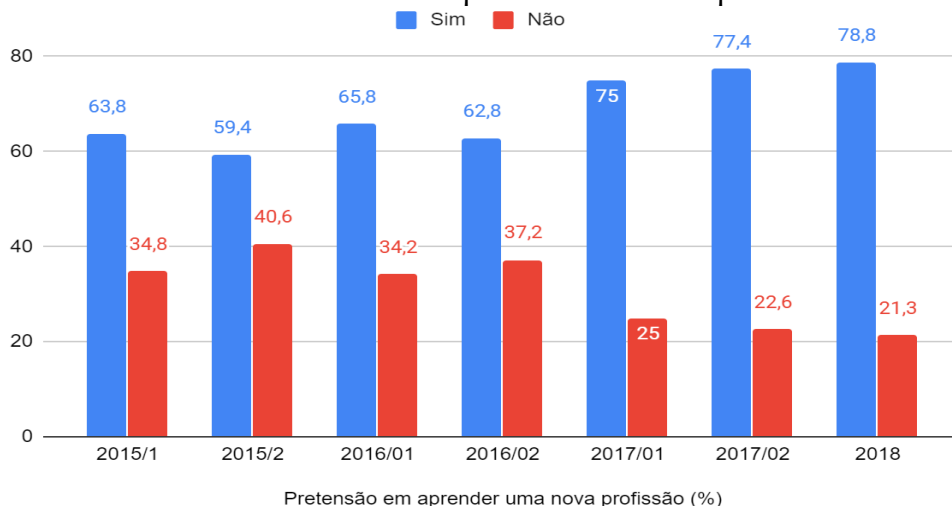


Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados de SINDUSCON (2018).

Segundo o relatório da entidade, no item “outros” estão enquadradas funções como pintor, ajudante, azulejista, engenheiro, operador de betoneira, técnico em segurança do trabalho, servente de limpeza, técnico em edificações, mestre de obras, almoxarife, meio oficial, contramestre, apontador, soldador, motorista, rejuntador, ceramista, coordenador de obra e operador de perfuratriz.

Outra interessante questão colocada aos trabalhadores pelo SINDUSCON diz respeito a se eles têm interesse em aprender uma profissão nova, para além da que exercem. Os resultados são trazidos no gráfico 16:

Gráfico 16 - Pretensão em aprender uma nova profissão



Fonte: Elaboração de um dos autores com base nos dados de SINDUSCON (2018).

Como é possível perceber analisando o gráfico 16, o interesse em aprender uma nova profissão foi predominante em todas as edições da pesquisa. Esse número é de interesse para a EJA, pois, demonstra uma adesão potencial desses trabalhadores a políticas públicas de formação, o que nos remete à necessidade de que as políticas não estejam apenas postas, mas que cheguem até esses trabalhadores através de divulgação, de medidas de atração não somente para acesso, mas também para permanência.

Apontamentos para demandas de formação a partir das características sociais e de escolaridade dos trabalhadores

Analisando de maneira mais isolada os indicadores sociais e de escolaridade dos trabalhadores da construção civil da região da grande Florianópolis, buscamos realizar alguns apontamentos que emergem dessas observações no sentido de elucidar as demandas de escolarização desses sujeitos, sendo pertinente que também possamos buscar elementos norteadores no que diz respeito ao atendimento dessas demandas por parte do Estado, razão pela qual foram trazidas ao debate informações a respeito da oferta de vagas em Educação de Jovens e Adultos na região. Dessa forma, cabe pontuar alguns conceitos que nos apoiam nesta articulação.

De acordo com Alves, Comerlato e Sant’Anna (2017), desde o disposto na Lei 5692/71, que mudava a organização do ensino no Brasil e instituiu o então ensino supletivo, a demanda generalizada por alfabetização para pessoas jovens e adultas ficava circunscrita a pessoas com mais de 18 anos para então primeiro grau, e maiores de 21 anos para o então segundo grau. Já a Constituição Federal de 1988 trouxe em seu texto a garantia do direito à educação para todos, incluindo aqueles que não concluíram a escolarização na “idade própria”. Finalmente, a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – acabou por ampliar a faixa etária relativa a essas demandas de EJA ao estabelecer a idade de 15 anos para ingresso no ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

Nesse sentido, Bastos, Paim e Laffin (2015, p. 45) também pontuam que a “o Direito à Educação, como Direito Subjetivo Público ou Direito Fundamental, está na Carta Magna de 1988, garantido por uma série de artigos que, em seu conjunto, apontam para o conjunto de deveres e direitos de todos.” Os autores elucidam ainda, que

o direito público subjetivo é aquele pelo qual o titular de um direito pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação, ou seja, o cidadão tem a faculdade de exigir do Estado o cumprimento da prestação social positiva deste direito, nos casos em que o poder público for omissivo. (BASTOS; PAIM; LAFFIN, 2015, p. 46)

A partir dessas considerações, para projetar a demanda por escolarização dos trabalhadores da construção civil da região da Grande Florianópolis, utilizaremos o conceito de “Demanda Potencial” para a EJA adotado por Catelli Jr., Haddad e Ribeiro em que:

De acordo com a legislação vigente, consideramos como público potencial da EJA correspondente ao Ensino Fundamental (EJA-EF) todos os brasileiros e brasileiras de 15 anos ou mais de idade que não têm instrução e que não completaram o Ensino Fundamental. Como público potencial da EJA correspondente ao Ensino Médio (EJA-EM), são considerados todos os maiores de 17 anos que não completaram o Ensino Médio, embora tenham completado o Fundamental. (CATELLI JR.; HADDAD; RIBEIRO, 2015, p. 12)

Ventura (2016, p. 22) corrobora esse entendimento sobre demanda potencial ao apontar que “compreendemos como demanda potencial o universo de pessoas que, em idade jovem ou adulta (18 anos ou mais), não completaram o Ensino Médio.” Em relação à oferta de vagas, utilizamos o conceito de Alves, Comerlato e Sant'Anna que explicam que

a Educação básica é um direito público subjetivo e se efetiva na forma de realização da matrícula escolar. Cada matrícula realizada corresponde a uma vaga oferecida pelas diversas redes de ensino. O total de matrículas iniciais realizadas na EJA é igual ao total de oferta de vagas desta modalidade. (ALVES; COMERLATO; SANT'ANNA, 2017, p. 13)

Nesse sentido, considerando os dados apresentados a partir do relatório do SINDUSCON (2018), no item 3.6 Formação Escolar, para projetar uma demanda potencial em EJA, temos que 68,9%⁴ dos trabalhadores da construção civil da grande Florianópolis não concluíram o ensino básico, sendo que desse percentual 35,18% se refere à demanda por ensino fundamental e 33,71% à demanda por ensino médio. Assim, aplicando esses percentuais sobre as médias das populações representadas pelas amostras analisadas,

⁴ Para o cálculo, considerou-se a média dos percentuais de trabalhadores que não concluíram o ensino básico referentes às edições das publicações do SINDUSCON (2018) em que a amostra mínima de trabalhadores foi atingida, representando o total de trabalhadores registrados na RAIS nessas edições.

podemos fazer a projeção de uma demanda potencial de 16.161 trabalhadores (8.252 para ensino fundamental e 7.909 para ensino médio), sendo que esse número ainda é potencialmente maior, já que nas populações analisadas pelo SINDUSCON (2018) foram considerados somente os trabalhadores registrados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ou seja, ficam de fora desse número os trabalhadores informais, justamente os mais precarizados. Outra consideração importante é que aqueles trabalhadores que não dominam habilidades de leitura foram muito pouco abrangidos pelos questionários aplicados, já que dependiam do auxílio dos aplicadores para compreensão e respostas, sendo esse um outro fator que aponta para um número ainda maior de trabalhadores enquadrados nessa demanda potencial por EJA.

Ao mesmo tempo, levantando-se dados sobre oferta de vagas em EJA para basear nossas inferências sobre atendimento dessas demandas, são trazidos dados do Censo Escolar de 2018. Esses números indicam que 7.232 vagas foram ofertadas na EJA naquele ano considerando os municípios que compõem a região metropolitana: Florianópolis, Biguaçu, São José, Palhoça, Águas Mornas, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara (SANTA CATARINA, 2018). Essas vagas (Quadro 4), ofertadas para a população em geral, não chegam a representar nem a metade (44,75%) da demanda potencial projetada somente entre os trabalhadores da construção civil da região.

Quadro 4 - Distribuição de vagas na modalidade EJA por cidade na Grande Florianópolis⁵

Município	Educação Profissional			Educação de Jovens e Adultos	
	Técnico Nível Médio	Formação Continuada ou Qualificação Profissional		EJA Nível Fundamental I	EJA Nível Médio
	Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA - Nível Médio	Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Fundamental	Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Médio		
Águas Mornas	0	0	0	0	0
Antônio Carlos	0	0	0	0	0
Biguaçu	0	0	0	417	240
Governador Celso Ramos	0	0	0	3	37

⁵ Na contagem estão incluídas as vagas em Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos).

Florianópolis	62	0	0	1697	1411
Palhoça	0	0	0	788	494
São José	0	0	42	881	987
Santo Amaro da Imperatriz	0	0	0	121	0
São Pedro de Alcântara	0	0	0	33	19
Totais	62	0	42	3940	3188
Total Ofertado	7232				

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Censo Educacional 2018 (SANTA CATARINA, 2018).

Vale lembrar que não temos dados que apontem se parte desses trabalhadores operários da construção já estão matriculados em turmas de EJA, mas como vimos, ainda que todas as vagas fossem ocupadas por eles, teríamos mais da metade dos trabalhadores sem vaga para estudar. Além disso, o estudo de Catelli Jr., Haddad e Ribeiro (2015) ao analisar os dados do Censo 2010, apontou que de 65 milhões de pessoas de 15 anos ou mais que não completaram o ensino fundamental, 90,5% estavam fora da escola, da mesma forma que 77,9% dos 22 milhões de brasileiros que não completaram o ensino médio, evidenciando o atendimento mínimo às demandas de EJA no Brasil.

Também chama a atenção o fato de que do total de vagas, apenas 104 foram oferecidas na Educação Profissional da região no ano de 2018 – sendo 62 na modalidade “Curso Técnico Integrado” e 42 na modalidade “Formação Inicial e Continuada” (FIC). De acordo com a LDBEN, “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento” (BRASIL, 1996), sendo esse outro fato que nos mostra o quanto a realidade está descolada do que está colocado na legislação. Além disso, os dados referentes ao perfil social, profissional e de escolarização desses trabalhadores nos mostram uma forte demanda por formação profissional, fato que ficou bastante evidente quando anteriormente analisamos que a maioria declarou ter aprendido a profissão “trabalhando” ou com familiares.

Os dados sociais e educacionais dos trabalhadores da Construção Civil articulados com esse panorama de um atendimento mínimo à demanda educacional para jovens e adultos apontam para uma negação de direitos que tem vinculação com o modo como está posta nossa sociedade, assim como foi discutido ao longo do estudo.

Para Ventura (2016, p. 22), os motivos para essa demanda “são variados, mas cabe dizer que se relacionam à estrutura social, aos conflitos de classe e ao projeto educativo

de subalternização da classe trabalhadora embutidos nas políticas públicas” e que, além disso, “a EJA é parte constituída e constituinte da sociedade e possui, em sua estrutura na realidade brasileira, um caráter claramente classista” (2016, p. 11). A autora considera, inclusive, que os baixos índices de escolaridade verificados junto à população brasileira se dão em razão de que a expansão do sistema educacional se deu por pressões populares de um lado, e o atendimento a demandas imediatas e mediatas do capital do outro, fato que fez com que a ampliação da rede pública se desse de maneira desigual e com um caráter fortemente seletivo (VENTURA, 2016).

Catelli Jr., Haddad e Ribeiro nessa perspectiva, também afirmam que há um problema de efetivação do direito à educação desses sujeitos em razão de suas características sociais.

A dificuldade enfrentada pela EJA para ser reconhecida efetivamente como direito pela sociedade e pela gestão educacional está profundamente ligada aos sujeitos a quem ela é destinada, pessoas que em pleno século 21 ainda não são reconhecidas plenamente como detentoras de direitos pela sociedade e pelo Estado brasileiro, a gigantesca maioria delas – na verdade, cerca de 70% da demanda potencial e dos matriculados – , constituída por mulheres e homens negros, que vivem nas periferias e no campo e que integram os grupos mais pobres da população. A EJA todo ano recebe milhares de pessoas do grande contingente de alunas e alunos excluídos da educação básica regular, a maioria jovens negros, que por diversas razões voltam e dão “mais uma chance” à escola por meio da educação de jovens e adultos. (CATELLI JR.; HADDAD; RIBEIRO, 2015, p. 36)

Nessa perspectiva, a própria metamorfose sofrida pela LDB entre sua criação e sua aprovação ilustra essa negação de direitos, já que uma série de pontos importantes como o regime especial de trabalho para o trabalhador estudante, intervalos de estudo na jornada semanal de trabalho, disponibilização de infraestrutura necessária à tele-educação, programas sociais de alimentação, saúde, material escolar e transporte (SAVIANI, 1997, p. 93-94), entre outras iniciativas que seriam de obrigação do Estado e das empresas com vistas a facilitar o acesso e permanências dos trabalhadores à EJA foram negados, aos serem vetados do projeto de lei. Restou um texto desidratado, que não reflete a realidade da enorme demanda de trabalhadores por EJA e o dever do Estado em garantir esse direito.

Os dados levantados sobre os trabalhadores operários da construção civil apontam para pessoas de perfil jovem, predominantemente homens, mas com a presença importante de mulheres buscando seu espaço em um setor novo para elas, pessoas com família para sustentar, com filhos, trabalhadores que aprenderam sua profissão “trabalhando”, ou que aprenderam com seus familiares e repetem uma história já vivida por eles. São vidas marcadas pela negação de direitos, pessoas que em grande parte precisaram deixar seus estados de origem, muitas vezes necessitando abandonar suas famílias provisoriamente para tentar a sorte em outra cidade. São jovens e adultos com alta representatividade de negros, pessoas que precisaram deixar a escola – ou sequer um dia a frequentaram – porque desde cedo precisaram optar pelo trabalho para ajudar no sustento familiar. Percebemos, pela análise apresentada neste estudo, que esses jovens e adultos representam a fração mais vulnerável da classe trabalhadora, sendo a importância dessas especificidades reiteradas nas palavras de Arroyo:

Os jovens-adultos populares não são acidentados ocasionais que, ou gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias coletivas. As mesmas de seus pais, avós, de sua raça, gênero, etnia e classe social. Quando se perde essa identidade coletiva, racial, social, popular dessas trajetórias humanas e escolares, perde-se a identidade da EJA e passa a ser encarada como mera oferta individual de oportunidades pessoais perdidas. As trajetórias humanas e escolares desses jovens-adultos merecem ser lidas nessa perspectiva. Assumida esta dimensão: direitos negados historicamente aos mesmos coletivos sociais, raciais, consequentemente teremos de assumir a EJA como uma política afirmativa, como um dever específico da sociedade, do Estado, da pedagogia e da docência para com essa dúvida histórica de coletivos sociais concretos. (ARROYO, 2006, p. 30)

O perfil dos trabalhadores aponta, portanto, para a necessidade de um papel ativo do Estado não somente no que diz respeito à oferta de vagas, mas na ação através de políticas públicas que alcancem esses sujeitos em suas especificidades, atraindo-os para a efetivação de um direito fundamental que se constitui como uma obrigação do Estado, obrigação essa que não foi cumprida nos tempos de infância e juventude desses trabalhadores, e que agora precisa ser efetivada de maneira adequada aos seus interesses e suas trajetórias de vida. Valendo-nos das palavras de Catelli Jr., Haddad e Ribeiro, os resultados levantados através do presente estudo remetem:

aos valores e às concepções que animam as políticas públicas e sua disposição para atrair a demanda por meio de busca ativa e oferta de conteúdos e condições adequadas aos educandos jovens e adultos e à capacidade de não somente sobrepor diferentes formatos, mas de integrá-los num todo que responda às necessidades e às expectativas de um público muito diverso em termos de faixa etária, experiência de vida, inserção no mercado de trabalho e pertencimento regional, de gênero e racial. A história da EJA ensina que a demanda potencial não se transforma em demanda real sem que haja estímulo por parte das políticas públicas, tanto por meio da oferta de serviços de qualidade quanto pela busca ativa daqueles que podem ser beneficiados por eles. (CATELLI JR.; HADDAD; RIBEIRO, 2015, p. 17-18)

Dessa forma, concluímos através da projeção realizada com base nos dados levantados, que a construção civil da grande Florianópolis se constitui como localização de forte demanda para a EJA. Além disso, as características sociais e profissionais dos trabalhadores evocam políticas com caráter de atratividade e de permanência para além do acesso, já que, dadas essas especificidades e a natureza da atividade que exercem esses trabalhadores, de pouco adianta o acesso sem uma política que lhes garanta a plena permanência e conclusão de sua formação.

O perfil social e educacional também aponta para a necessidade de oferta de cursos que vinculem a elevação de escolaridade com a formação profissional, já que, como foi possível inferir através da análise dos dados da pesquisa, a construção civil se mostra como uma alternativa para aqueles trabalhadores e trabalhadoras sem formação profissional, que buscam aprender um ofício na prática, visto que o setor não exige, em muitas funções, a comprovação de escolaridade ou de capacitação profissional formal. Mais que isso, os próprios trabalhadores, em sua maioria, declararam o interesse em aprender um novo ofício, o que deveria ser possibilitado através da ação do Estado.

Esse quadro de não atendimento às demandas de EJA na região da grande Florianópolis e a ínfima oferta de vagas vinculadas à formação profissional dos trabalhadores incita a sociedade civil, as representações dos trabalhadores e os movimentos sociais engajados na luta pela educação a resistir e lutar para que a EJA se efetive enquanto política reparadora de uma dívida social para grande parte da classe trabalhadora que teve negado o direito à educação.

Referências

ALVES, Evandro; COMERLATO, Denise Maria; SANT'ANNA, Sita Mara Lopes. **Relatório de pesquisa 2017**: mapa da educação de jovens e adultos no Estado do Rio Grande do Sul. [Porto Alegre]: UFRGS, 2017. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173114/001060717.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ARROYO, Miguel. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino; SOARES, Leôncio (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-50.

BASTOS, Alene Batista; PAIM, Vagner de Cerqueira; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. educação de jovens e adultos como direito subjetivo: políticas públicas e dispositivos legais. In: AMORIM, Antônio; FERREIRA, Maria da Conceição Alves; ALVES, Érica Valéria (orgs.). **Gestão escolar, políticas públicas, projeto político pedagógico em educação de jovens e adultos**: os caminhos transformadores da qualidade da escola pública da EJA. Salvador: EDUNEB, 2015. p. 39 - 58.

BRASIL. **Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasília, 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 ago. 2019.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. **Aumenta a participação das mulheres na indústria da construção**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://cbic.org.br/aumenta-a-participacao-das-mulheres-na-industria-da-construcao/>. Acesso em: 04 fev. 2023.

CANTISIANI, Alípio Ferreira; CASTELO, Ana Maria. O perfil dos trabalhadores da Construção Civil. **Revista Conjuntura da Construção**, Rio de Janeiro: FGV, mar. 2015. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cc/article/view/77299/74072>. Acesso em: 04 fev. 2023.

CATELLI JR., Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (orgs.) **A avaliação da EJA no Brasil**: insumos, processos e resultados. Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Núcleo de Estudos Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2015. 56 p. Disponível em: <http://relatos.inep.gov.br/ojs3/index.php/relatos/article/view/4081><http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2210/2165> Acesso em: 04 fev. 2023.

DESCHAMPS, Marley Vanice; DELGADO, Paulo Roberto. Santa Catarina no contexto migratório nacional: um estudo dos fluxos e das características de quem migra. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19. 2014. **Anais [...]**. São Paulo: ABEP, nov. 2014. p. 01-20. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2210/2165>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FERNANDES, Andrea Paixão. A relação trabalho e EJA na década de 1990: expectativas e perspectivas presentes nos discursos dos operários da construção civil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., Caxambu, 2005. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anped, 2005. p. 01-16.

IBGE. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Tabela 6403: população, por cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>. Acesso em: 23 jan. 2023.

IBGE. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Tabela 5919 - População, por níveis de instrução**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5919>. Acesso em: 23 jan. 2023.

KOERICH, Marcelo. **Jovens e adultos operários da construção civil da região metropolitana de Florianópolis/SC: relações entre demandas de formação e trabalho**. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219506/PEED1524-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 fev. 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-75.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; Fundação João Pinheiro. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**. [S.l.], 2013. Disponível em: www.atlasbrasil.org.br. Acesso em: 23 jan. 2023.

QUEIROZ, Janaina Gulart Oliveira de. **As condições de vida, de trabalho e de escolarização dos migrantes nordestinos da construção civil da UFSC**. 2018. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198660/PEED1380-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. 11. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2001. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Censo escolar 2018**. [Florianópolis], 2018. Disponível em: <http://sed.sc.gov.br/documentos/censo-278/censo-escolar-2018/matriculas-censo-escolar-2018>. Acesso em: 07 mar. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (SINDUSCON). **Perfil do trabalhador da construção civil**. Florianópolis, 2018.

VENTURA, Jaqueline. A oferta de Educação de Jovens e Adultos de nível médio no estado do Rio de Janeiro: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 4, p. 9-35, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/3089>. Acesso em: 07 mar. 2023.

Recebido em: 14/08/2022

Aprovado em: 11/02/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 24 - Número 55 - Ano 2023

revistalinhas@gmail.com